





Geribá Participações 18 S.A.

CNPJ nº 46.442.932/0001-95 - NIRE 35.300.592.603

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Realizada em 7 de novembro de 2025

**1. Data, Horário e Local:** Realizada em 7 de novembro de 2025, às 11 horas, no endereço da sede da Geribá Participações 18 S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek 360, 11º andar, conjunto 111, sala GEP18, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Sr. Nelson da Silva Cardoso de Oliveira - Presidente; Sr. Paulo Victor Teixeira Sampaio - Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **1.** a criação do Conselho de Administração da Companhia. **2.** caso o item 1 acima seja aprovado, a alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, para refletir a criação do Conselho de Administração da Companhia. **3.** caso o item 1 acima seja aprovado, a inclusão do Capítulo V do Estatuto Social da Companhia. **4.** caso o item 1 acima seja aprovado, a alteração do Capítulo VI do Estatuto Social da Companhia, para refletir a criação do Conselho de Administração da Companhia. **5.** a inclusão de capital autorizado da Companhia, de até 100.000 (cem mil) ações ordinárias, mediante a inclusão do parágrafo 1º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **6.** a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$202.000.000,00 (duzentos e dois milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), as quais serão objeto de colocação privada, nos termos previstos abaixo, a ser formalizada por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Geribá Participações 18 S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Debenturista" e "Escritura de Emissão", respectivamente). **7.** sujeito à efetiva subscrição e integralização das Ações Oncológicas (conforme definido abaixo) no âmbito do aumento de capital da Oncológicas do Brasil Serviços Médicos S.A. ("Oncológicas"), a outorga e constituição da Alienação Fiduciária Ações Oncológicas (conforme definido abaixo) pela Companhia, nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Debenturista ("Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas"), em garantia do fiel e pontual pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo) a serem assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão. **8.** a autorização para a prática, pela diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e à outorga da Alienação Fiduciária Ações Oncológicas, incluindo, sem limitação: (i) a negociação e a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas, do "Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, os Garantidores (conforme definido abaixo) e o Debenturista ("Contrato de Alienação Fiduciária Companhia" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas, "Contratos de Alienação Fiduciária") e dos demais documentos necessários à realização da Emissão (inclusive eventuais aditamentos e documentos necessários junto à B3 ("B3" significa B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, conforme o caso)); e (ii) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Emissão, tais como o escriturador, o agente de liquidação, a B3, o assessor legal, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços. **9.** a emissão, pela Companhia, em favor dos Debenturistas, como vantagem adicional às Debêntures, de bônus de subscrição, nos termos do certificado de bônus de subscrição constante do Anexo I a esta ata ("Bônus de Subscrição"). **10.** a ratificação dos atos praticados pela diretoria da Companhia, em consonância com os itens 6 a 8 acima. **5. Deliberações, os Acionistas Aprovam, por Unanimidade:** 1. a criação do Conselho de Administração da Companhia, cujos membros serão eleitos em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na presente data, especificamente para deliberar sobre a eleição. 2. em razão da criação da Companhia, a alteração do Capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, para refletir a criação do Conselho de Administração da Companhia, que passará a ter a seguinte redação: "Capítulo IV - Administração: Artigo 8º A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria. § 1º - Será permitida a acumulação de cargos de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observadas as restrições legais. § 2º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria e da Diretoria da Companhia serão investidos nos seus cargos, mediante assinatura do termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões desses órgãos, devendo permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. § 3º - Não será exigida garantia para o cargo de Diretor da Companhia. Artigo 9º A remuneração global dos administradores será fixada pela Assembleia Geral e a remuneração individual de cada administrador (inclusive eventuais bônus) será fixada pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do Estatuto Social." 3. em razão da deliberação 1 acima, a inclusão do Capítulo V do Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação: "Capítulo V - do Conselho de Administração: Artigo 10º O Conselho de Administração da Companhia será composto por até três membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até dois anos, permitida a reeleição. § 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração. § 2º - O Conselho de Administração terá um Prédio de Instalação, os acionistas reunidos em Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração escolhido pelos acionistas. § 3º - Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro do Conselho de Administração temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração. §4º - Sendo o sócio um Fundo de Investimento de Investimentos, o gestor deverá participar de todas as reuniões do Conselho, mesmo que o Fundo de Investimento em Participações tenha sido liquidado pelo Conselho. Artigo 11º O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, e ordinariamente após o encerramento de cada ano fiscal e antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária. § 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, por seu substituto ou por qualquer membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de cinco dias úteis, e com a apresentação da ordem do dia, por meio de carta e e-mail a cada um dos seus membros. § 2º - Nenhuma deliberação poderá ser aprovada ou discutida pelo Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, salvo se diversamente acordado entre todos os membros do Conselho de Administração por maioria. § 3º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerado regular a reunião em que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. Artigo 12º As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas (i) em primeira convocação, com a totalidade de seus membros, e (ii) em segunda convocação com a presença da maioria dos seus membros, também considerando-se presente, em qualquer caso, o conselheiro que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia ou constituir procurador, observada a Lei das Sociedades por Ações, bem como aqueles que venha a participar remotamente, por meio de teleconferência, videoconferência, internet ou qualquer outro meio de comunicação que possibilite a discussão em tempo real entre os membros do Conselho de Administração. No caso de não instalação da reunião do Conselho de Administração por insuficiência do quórum que instalação, os conselheiros deverão convocar nova reunião com antecedência mínima de três dias. § 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na sede da Companhia e deverão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. § 2º - Em caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de cargo do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleição de um novo membro a ser indicado pelo acionista que indica a criação do Conselho de Administração substituído, a ser completada o prazo de gestão do membro substituído. Até que seja eleito o novo membro do Conselho de Administração, as deliberações deste órgão realizar-se-ão sem a participação até que seja sanada referida vacância. § 3º - Ao término de cada reunião será lavrada ata, em língua portuguesa, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do Conselho que não participarem fisicamente de determinada reunião deverão enviar seus votos por escrito, por meio físico ou eletrônico, até o término da respectiva reunião. Os membros do Conselho terão acesso a toda e qualquer informação que julgarem necessária ou recomendável para o exercício de suas atribuições, incluindo atas de reuniões de diretores e de comitês consultivos. Artigo 13º O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, serão eleitos e terão eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração." 4. em razão da deliberação 1 acima, a alteração dos artigos 10º, 11º e 12º do Capítulo VI do Estatuto Social da Companhia, que passam a corresponder aos artigos 14º, 15º e 16º, para refletir a criação do Conselho de Administração, que passará a ter a seguinte redação abaixo e a consequente renenumeração dos artigos seguintes do Estatuto Social que permanecerem com a redação inalterada: "Capítulo VI da Diretoria: Artigo 14º A diretoria será composta por dois ou mais membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos em reunião do Conselho de Administração para mandatos de até dois anos, permitida a reeleição. Artigo 15º No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituído pela reunião do Conselho de Administração. Artigo 16º A Companhia será representada: (i) pela assinatura conjunta de quaisquer dois Diretores, ou de um Diretor, com um procurador com poderes especiais que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação ou responsabilidade para a Companhia; (ii) isoladamente, por um Diretor, ou um procurador com poderes especiais, para fins de representação da Companhia em processos ou procedimentos judiciais ou administrativos, bem como perante entidades governamentais, autoridades administrativas, órgãos e repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, para a prática de atos em defesa dos interesses da Companhia, bem como para a prática de atos de simples rotina, expedição de correspondências, recibos e endossos de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; ou (iii) por quaisquer dois membros em atos que importem exercício ou renúncia de direito, assunção de obrigação, ou responsabilidade para a Companhia envolvendo valores individuais superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). § 1º - A outorga de procurações pela Companhia dependerá sempre da assinatura de dois Diretores em conjunto. § 2º - A procuração deve especificar os poderes outorgados e deverá ter prazo de validade limitado, a um ano, exceto no caso de procurações ad judicium, as quais poderão ser válidas por prazo indeterminado." 5. a inclusão de capital autorizado da Companhia, de até 100.000 (cem mil) ações ordinárias, mediante a inclusão do parágrafo 1º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, com a seguinte redação: "§ 1º - A Assembleia Geral fica autorizada, independentemente de alteração estatutária, a deliberar pela emissão de até 100.000 (cem mil) novas ações ordinárias, conforme as condições de emissão a serem deliberadas e aprovadas pela Assembleia Geral. Na proporção do número de ações de que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ordinárias, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o qual deverá ser exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias." 6. a realização da Emissão, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: **6.1. Destinação dos Recursos.** Não haverá recursos financeiros oriundos da Emissão a serem destinados, tendo em vista que as Debêntures serão integralizadas pelo Debenturista mediante a dação em pagamento da Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro nº 270117325, emitida por Multithero Serviços Médicos S.A. em 7 de novembro de 2025 em favor do Debenturista, no valor de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("CCB") sendo a CCB utilizada pela Companhia na subscrição de ações ordinárias da Oncológicas no âmbito de seu aumento de capital ("Ações Oncológicas"). **6.2. Características da Emissão:** **6.2.1. Valor Total da Emissão.** O valor total da Emissão será de R\$202.000.000,00 (duzentos e dois milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"). **6.2.2. Número da Emissão.** A Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Companhia. **6.2.3. Número de Série.** A Emissão será realizada em série única. **6.3. Características gerais das Debêntures:** **6.3.1. Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de novembro de 2025 ("Data de Emissão"). **6.3.2. Data de Início da Rentabilidade.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data em que ocorrer a efetiva subscrição e a integralização das Debêntures ("Data de Integralização"). **6.3.3. Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cauletas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta(s) extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **6.3.4. Conversibilidade.** As Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. **6.3.5. Espécie.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações. **6.3.6. Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, Resgate Antecipado Obrigatório (conforme definido abaixo) e Amortização Antecipada Obrigatória (conforme definido abaixo), nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão o prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de novembro de 2035 ("Data do Vencimento das Debêntures"). **6.3.7. Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.00 (um real) ("Valor Nominal Unitário"). **6.3.8. Quantidade de Debêntures Emitidas.** Serão emitidas 202.000.000 (duzentas e duas milhões) de Debêntures ("Quantidade Total de Debêntures"), na Data de Emissão. **6.3.9. Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento.** **6.3.9.1.** Respeitado o atendimento dos requisitos da Emissão previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, pelo Valor Nominal Unitário. **6.3.9.2.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em uma única data, mediante a dação em pagamento da CCB entregue à Companhia, no ato da subscrição, na Data de Integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao escriturador. **6.3.9.3.** As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures, desde que (i) aplicado em igualdade de condições a todos os investidores na Data de Integralização; e (ii) aprovado previamente pela Companhia. **6.3.10. Atualização Monetária das Debêntures.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. **6.3.11. Remuneração das Debêntures.** **6.3.11.1.** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias da Taxa Referencial, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pelo Banco Central do Brasil, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 0,00% (zero por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração das Debêntures"). **6.3.11.2.** A Remuneração das Debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidentes desde a Data de Integralização das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração em questão ou data de pagamento por vencimento antecipado em decorrência de um evento de vencimento antecipado previsto na Escritura de Emissão, o que ocorrer primeiro. A Remuneração das Debêntures será calculada conforme fórmula prevista na Escritura de Emissão. **6.3.12. Pagamentos das Remunerações das Debêntures.** A Remuneração das Debêntures será paga integralmente em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures ("Data de Pagamento da Remuneração"). **6.3.13. Amortização do Saldo do Valor Nominal Unitário.** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela devida na Data de Vencimento das Debêntures. **6.3.14. Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso, os procedimentos adotados pelo escriturador. **6.3.15. Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo inopuntualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida ao Debenturista, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplimento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). **6.3.16. Repactuação Programada das Debêntures.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **6.3.17. Classificação de Risco.** Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir rating às Debêntures. **6.3.18. Amortização Antecipada Obrigatória.** Sempre que o Caixa Mensal da Companhia for igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), após a dedução do Caixa Mínimo (conforme definido abaixo) e das Despesas Permitidas (conforme definido abaixo) ("Cash Sweep"), a Companhia deverá, no dia 15 (quinze) do mês seguinte ao mês de ocorrência do evento de Cash Sweep mencionado neste item, amortizar automaticamente as Debêntures, a Remuneração das Debêntures e, caso haja um Evento de Pagamento de Prêmio (conforme definido abaixo), o Prêmio (conforme definido abaixo), com o valor apurado para o Cash Sweep, desde que referida amortização não ultrapasse o percentual de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Antecipada Obrigatória"). Para fins da presente ata, (i) "Caixa Mínimo" significa, para cada mês, o montante de R\$100.000,00 (cem mil reais); (ii) "Despesas Mínimas" significa, previamente aprovadas pelo Debenturista, as despesas de manutenção e operação, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas, pagamento de obrigações financeiras, despesas operacionais (incluindo despesas com empresas de contabilidade), despesas com prestadores de serviços no âmbito da Emissão ou de qualquer aditamento aos documentos da Emissão (incluindo auditores, escriturador, agente de liquidação e assessores legais), pagamentos realizados no âmbito do contrato a ser celebrado entre Companhia e prestador de serviços relacionados à monetização das Ações Oncológicas, pagamentos realizados no âmbito do(s) Mútuos Permitidos outros custos e despesas necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia (incluindo despesas com cartórios, taxas comerciais, B3, tarifas ou taxas bancárias, emolumentos ou despesas associadas à alienação de Ações Oncológicas) ou decorrentes de alterações de normas contábeis, observados os limites previstos na Escritura de Emissão; (iii) "Evento de Pagamento de Prêmio" significa a ocorrência de um Resgate Antecipado Obrigatório em que o cálculo do Prêmio seja um valor positivo; e (iv) "Mútuos Permitidos" significa (a) quaisquer novas operações financeiras (empréstimos, instrumentos derivativos e outras operações similares) e/ou de mercado de capitais; ou (b) dívidas e/ou mútuos e/ou operações e/ou obrigações com controladoras, exceto pela contratação de mútuos pela Companhia com sociedades do seu grupo econômico para cumprir com o Caixa Mínimo e/ou cobrir os valores das Despesas Permitidas. **6.3.19. Resgate Antecipado Obrigatório.** **6.3.19.1.** Caso (i) não seja realizada a homologação do aumento de capital da Oncológicas em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar da Data de Emissão, ou em prazo inferior caso assim divulgado pela Oncológicas a seus acionistas; ou (ii) a Amortização Antecipada Obrigatória atinja o percentual máximo de 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures estabelecido no item 6.3.18 acima, e desde que os recursos remanescentes do Cash Sweep sejam suficientes para tanto, ficará a Companhia obrigada a realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures de acordo com os procedimentos descritos na Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Obrigatório"). **6.3.19.2.** O valor a ser pago ao Debenturista no âmbito do Resgate Antecipado Obrigatório será equivalente (i) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior (inclusive), até a data do Resgate Antecipado Obrigatório (exclusive); (ii) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e, no caso da ocorrência de um Evento de Pagamento de Prêmio, do prêmio de reembolso, nos termos do artigo 56 da Lei das Sociedades por Ações, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal Unitário Debêntures, calculado conforme previsto na Escritura de Emissão ("Prêmio"). **6.3.20. Garantias.** Como garantia do fiel e pontual pagamento (i) do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas na Escritura de Emissão, seja na Data de Emissão ou em virtude do aumento de capital da Companhia e das Ações de Emissão, bem como toda e qualquer Escritura de Emissão, conforme aplicável; (ii) das obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas, pela Companhia, na Escritura de Emissão, nos Contratos de Alienação Fiduciária e nos demais documentos da Emissão, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao agente de liquidação, ao escriturador e à B3, incluindo suas respectivas remunerações; e (iii) das obrigações de indenização e/ou de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Debenturista venha a desembolsar, no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou excussão das Garantias (conforme definido abaixo), bem como das Ações da Companhia e das Ações de Emissão, bem como toda e qualquer Escritura de Emissão, Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo), nos termos dos Contratos de Alienação Fiduciária, conforme aplicável, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Debenturista ("Obrigações Garantidas"), serão constituídas as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária, pelos titulares das ações de emissão da Companhia (em conjunto "Garantidores"), da totalidade das ações de emissão da Companhia ("Ações da Companhia"), incluindo eventuais ações de emissão da Companhia que sejam subscritas, integralizadas, recebidas, conferidas, compradas ou de outra forma adquiridas (direta ou indiretamente) pelos Garantidores após a data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária Companhia, incluindo, todas as ações, valores e ativos de quaisquer direitos, incluindo, mas não se limitando, a bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, relacionados à participação direta dos Garantidores, na Companhia, sejam elas deudas, atualmente ou no futuro, que, porventura, venham a substituir as Ações da Companhia, em razão de cancelamento, permuta, substituição, divisão, desdobramento, grupamento das Ações da Companhia, capitalização de lucros ou reservas, o direito e/ou opção de subscrição de novas ações representativas do capital da Companhia ou incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações Companhia"), nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária Companhia. Integrarão, ainda, automaticamente, a Alienação Fiduciária de Ações Companhia: (a) todos os direitos econômicos relativos às Ações da Companhia e das Ações da Companhia adicionais, todos os valores, remunerações, correções, multas, encargos, rendimentos, lucros, frutos, bonificações, adiantamentos a futuros aumentos de capital, direitos, distribuições e demais valores atribuídos, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos aos Garantidores em decorrência das Ações da Companhia, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações da Companhia, nestes casos, desde que autorizados nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária Companhia e da Escritura de Emissão, conforme o caso, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações da Companhia; e (b) a totalidade dos direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionados às Ações da Companhia e demais bens e direitos descritos acima, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas ao Garantidores com relação a tais Ações da Companhia, bens ou direitos; (ii) sujeito à efetiva subscrição e integralização das Ações Oncológicas no âmbito do aumento de capital da Oncológicas, alienação fiduciária de parte das Ações Oncológicas, correspondente a um percentual das Ações Oncológicas, calculado nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas ("Ações Oncológicas Aliénées Fiduciariamente"), incluindo, todas as ações, valores mobiliários e demais direitos, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Oncológicas, relacionados à participação da Companhia na Oncológicas, sejam elas deudas, atualmente ou no futuro, que, porventura, venham a substituir as Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente, em razão de cancelamento, permuta, substituição, divisão, desdobramento, grupamento das Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente, capitalização de lucros ou reservas, o direito e/ou opção de subscrição de novas ações representativas do capital da Oncológicas ou incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Oncológicas ("Alienação Fiduciária de Ações Oncológicas"), e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações Companhia, "Garantias"), nos termos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas. Integrarão, ainda, automaticamente, a Alienação Fiduciária de Ações Oncológicas: (a) todos os direitos econômicos relativos às Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente, todos os valores, remunerações, correções, multas, encargos, rendimentos, lucros, frutos, bonificações, adiantamentos a futuros aumentos de capital, direitos, distribuições e demais valores atribuídos, recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos e/ou atribuídos a Companhia em decorrência das Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de disposição ou alienação das Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente ora, nestes casos, desde que autorizados nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas e da Escritura de Emissão, conforme o caso, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente; e (b) a totalidade dos direitos, privilégios, preferências e prerrogativas relacionadas às Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente e demais bens e direitos descritos acima, bem como toda e qualquer receita, multa de mora, penalidade e/ou indenização devidas à Companhia com relação a tais Ações da Oncológicas Aliénées Fiduciariamente, bens ou direitos. **6.3.21. Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.** As Debêntures não serão depositadas ou registradas para distribuição no mercado primário e/ou negociação no mercado secundário em mercado organizado de valores mobiliários. Sem prejuízo do aqui disposto, as Debêntures serão registradas na B3, em nome do Debenturista, sendo a liquidação financeira dos eventos de pagamento previstos na Escritura de Emissão realizada mediante crédito/deposito na conta bancária que for indicada pelo Debenturista à Companhia. **6.3.22. Bônus de Subscrição.** Serão atribuídos como vantagem adicional ao Debenturista, o Bônus de Subscrição que conferirá aos Debenturistas o direito de adquirir novas ações da Companhia. **6.4. Vencimento Antecipado.** O Debenturista poderá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 7.1 da Escritura de Emissão. **7.** sujeito à efetiva subscrição e integralização das Ações Oncológicas no âmbito do aumento de capital da Oncológicas, a outorga e constituição da Alienação Fiduciária de Ações Oncológicas pela Companhia, por meio da celebração do Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas, em garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas a serem assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão. **8.** a autorização para a prática, pela diretoria da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e à outorga da Alienação Fiduciária Ações Oncológicas, incluindo, sem limitação: (i) a negociação e a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária Oncológicas, do Contrato de Alienação Fiduciária Companhia e dos demais documentos necessários à realização da Emissão (inclusive eventuais aditamentos e documentos necessários junto à B3); e (ii) a contratação dos demais prestadores de serviços para fins da Emissão, tais como o escriturador, o agente de liquidação, a B3, o assessor legal, entre outros, podendo para tanto fixar os respectivos honorários, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços. **9.** a emissão, pela Companhia, em favor do Debenturista, como vantagem adicional à Debêntures, de Bônus de Subscrição. Os acionistas da Companhia, neste ato, expressamente renunciam aos seus respectivos direitos de preferência na subscrição do Bônus de Subscrição de que tratam os artigos 77, parágrafo único, 109, inciso IV e 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **10.** a ratificação dos atos praticados pela diretoria da Companhia, em consonância com as deliberações 6 a 8 acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes Sr. Nelson da Silva Cardoso de Oliveira - Presidente; Sr. Paulo Victor Teixeira Sampaio - Secretário e pelos Acionistas Cardoso de Oliveira Family Office, LDA, Sr. Paulo Souza Queiroz Figueiredo e Sr. Marko Jovovic. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio. São Paulo, 7 de novembro de 2025. **Mesa: Nelson da Silva Cardoso de Oliveira** - Presidente; **Paulo Victor Teixeira Sampaio** - Secretário.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/159B-15DC-0957-C0E4> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 159B-15DC-0957-C0E4



Hash do Documento

497CEFEBD131673E64CE7AA44B10B08B5CDE435DB472EBF2B22DDC6A6B8F26AE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/11/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -  
39.732.792/0001-24 em 13/11/2025 00:01 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

